

APENAS  
EM  
FORMATO  
DIGITAL

# Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1683 | 20 A 25 DE SETEMBRO DE 2021



## Sindicato condena “convite” para volta ao trabalho presencial no BB

**CONVITE COVID-19**  
Funcionárias e funcionários são “convidados”  
para retornar ao trabalho presencial,  
mesmo diante da terceira onda

www.contrafcut.com.br  
#FECHACOMAGENTE

A entidade critica que a iniciativa não foi negociada com os sindicatos e alerta para possibilidade do aumento de contaminação **(pág. 3)**

**Itaú: entidades querem negociar volta ao trabalho. Em Fortaleza, bancários protestam contra programa GERA (págs. 4 e 8)**

**Entidades querem prorrogação do teletrabalho na Caixa e cobram explicações sobre diferenças na PLR (pág. 5)**

## ARTIGO

# PEC 32: NÃO É REFORMA, É DESTRUIÇÃO!

O movimento sindical está mobilizado para defender o serviço público e as empresas públicas. Depois de muita pressão, o movimento conseguiu uma breve vitória ao conquistar o adiamento da votação da PEC 32, a chamada Reforma Administrativa, que deveria ter ido a votação na comissão especial da Câmara dos Deputados no último dia 15/9, mas a sessão foi adiada para o próximo dia 21. O presidente da Câmara, Artur Lira (PP/AL) foi claro ao dizer que o adiamento da votação se deu por não haver votos suficientes para aprovar a proposta que destrói o serviço público e ataca os direitos dos servidores. As lideranças dos trabalhadores estão pressionando os parlamentares a rejeitar mais esse ataque.

A PEC 32 extingue a estabilidade de futuros servidores, amplia a contratação de comissionados, reduz concursos públicos e acaba com garantias como adicionais por tempo de serviço e promoções de carreira. Também acentua as propostas de enxugamento do Estado e acaba com a estabilidade de futuros servidores. Permitirá que a cada eleição os poderes possam demitir e contratar pessoal sem concurso público e sem exigência de qualificação, por tempo determinado, privilegiando maus políticos, que certamente contratarão seus apadrinhados.

A reforma administrativa facilita ainda mais a privatização das empresas e bancos públicos e afeta a categoria bancária. Assim como o governo agora tenta a privatização dos Correios, com a Reforma Administrativa terá um cenário ainda mais favorável para vender os bancos públicos, que são ferramentas de indução de políticas econômicas. Como o governo Bolsonaro não está interessado em reativar o desenvolvimento do país, não se interessa pelos bancos públicos.

Com a PEC 32, o servidor perde direitos e a população, o serviço público, tão essencial em momentos de crise, como mostrou este período da pandemia da Covid-19. No início da pandemia, os empregados da Caixa prestaram um serviço essencial de atendimento à população. Serviço público como o SUS é fundamental para socorrer a população, principalmente em momentos como este que vivemos. Desestruturar o serviço público, como é a proposta da PEC 32, é um desastre para o país.

Uma outra importante vitória foi alcançada dia 15/9, referente a MP 1052. A pressão dos trabalhadores garantiu avanços importantes, pois a MP foi aprovada na Câmara dos Deputados com mudanças. Uma delas retira do texto a diminuição da taxa de administração a que têm direito os bancos públicos por gerenciarem os recursos dos fundos, o que poderia inviabilizar a gestão dos fundos constitucionais por essas instituições e, por consequência, minar a atuação dos bancos regionais, como o BNB. Entretanto, os recursos públicos para incentivar o desenvolvimento regional ainda estão ameaçados porque uma parcela desses fundos ainda pode ir para o grande capital. Os bancos regionais são apoios importantes a agricultores e pequenos empresários.

Isso é prova que nossa mobilização e luta têm resultados. Por isso, continuaremos na defesa dos bancos públicos, sobretudo os bancos regionais, no caso da MP 1052, pois a MP vai agora para o Senado. Caso não seja votada até o dia 28/9, a MP perde a validade. Continuaremos também na luta em defesa dos servidores, contra a PEC 32, pois a reforma administrativa do governo Bolsonaro não é reforma, é destruição. #VidaÉLuta!



**Carlos Eduardo,**  
Presidente do Sindicato  
dos Bancários do Ceará



[www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br)



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



85 99129 5101



[bancariosce](https://www.youtube.com/bancariosce)

Site: [www.bancariosce.org.br](http://www.bancariosce.org.br) – E-mail: [bancariosce@bancariosce.org.br](mailto:bancariosce@bancariosce.org.br) – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará  
 Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: [imprensa@bancariosce.org.br](mailto:imprensa@bancariosce.org.br) – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho  
 Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF



## BANCO DO BRASIL “CONVIDA” FUNCIONÁRIOS PARA O TRABALHO PRESENCIAL

Segundo o Ministério da Saúde, atualmente quase 36% da população brasileira está imunizada. E, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), baseada em dados científicos, só é possível controlar a disseminação da Covid-19 quando 70% da população estiver devidamente imunizada. Apesar destes dados, o Banco do Brasil divulgou um comunicado interno, dia 15/9, informando que os funcionários que estão em home office, e não pertencem ao grupo de risco, poderão retornar ao trabalho presencial de forma opcional a partir do dia 20/9, mesmo aqueles que ainda não se vacinaram ou completaram as duas doses do imunizante.

Para as organizações sindicais, o anúncio do BB foi motivado pela visão ideológica do governo Bolsonaro que, em setembro do ano passado, revogou uma portaria do Ministério da Saúde que incluía a Covid-19 na lista de doenças relacionadas ao trabalho.

### **PESQUISA DE TELETRABALHO**

– Os representantes dos trabalhadores ainda criticam o fato de o convite

desrespeitar o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) Emergencial da Covid-19, estabelecido logo no início da pandemia, pela atuação dos sindicatos, que trouxe mais proteção à saúde dos funcionários e funcionárias do ramo financeiro em todo o país. As entidades não foram comunicadas sobre a elaboração do convite para retorno ao trabalho presencial. Mesmo seguindo todos os protocolos de distanciamento e higiene, não há como negar que o trabalho presencial aumenta o risco de contaminação pela Covid-19. Uma pesquisa feita pelo Dieese com quase 13 mil bancários revela que o trabalho remoto garantiu mais proteção contra a pandemia. Entre os bancários que ficaram em teletrabalho, 77% não apresentaram diagnóstico positivo de Covid-19, contra 23% contagiados. Por outro lado, entre os que não estiveram em teletrabalho, o percentual de contaminação foi de 38%.

### **DIREITO AO TELETRABALHO**

– Desde o ano passado, o atendimento presencial para garantir os serviços

essenciais prioritários foi determinado pelo Banco Central. Mais recentemente, a entidade liberou as atividades de forma presencial em todo o Brasil de outras diversas atividades econômicas, que antes estavam suspensas ou realizadas de forma remota.

Ainda em março de 2020, graças à atuação das centrais sindicais, o Banco do Brasil teve que determinar novas orientações protetivas aos funcionários, incluindo o trabalho home-office para todos que pudessem realizar seus trabalhos em casa, principalmente aqueles enquadrados nos grupos de risco. Os sindicatos também atuaram dando apoio para os funcionários que se sentiram, de alguma forma, pressionados pelos gestores ao retorno presencial no trabalho.

O Sindicato dos Bancários do Ceará pede aos funcionários que entrem em contato (85 3252 4266 / bancariosce@bancariosce.org.br) e denunciem caso se sintam pressionados para retornar ao trabalho de forma presencial.



# COE Itaú negocia retorno ao trabalho presencial com o banco

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu, dia 9/9, com a direção do banco para negociar o retorno ao trabalho presencial dos trabalhadores que estão em home office. Os representantes dos trabalhadores cobram negociação para garantir um retorno programado, baseado em critérios científicos, com percentual de imunização superior a 70%, para não colocar em risco a saúde dos trabalhadores.

Desde 1º de setembro, o banco permitiu que trabalhadores voluntários dos prédios administrativos voltem gradativamente aos locais de trabalho. “Os sindicatos de todo o Brasil relataram denúncias de pressão de gestão para o retorno. Eles forçam os trabalhadores a se voluntariarem. Nós não iremos tolerar esse tipo de atitudes da chefia”, afirmou Jair Alves, coordenador da COE Itaú.

Membros do movimento sindical também cobraram como o departamento de saúde do trabalhador irá se comportar neste retorno. O Itaú informou que existe fiscalização para garantir o respeito aos protocolos de saúde e segurança e que todo o sistema de infraestrutura do banco permanecerá híbrido, para evitar aglomerações nos escritórios.



**RETORNO ÀS AGÊNCIAS** – Conforme acertado nos últimos encontros, o banco comunicou aos dirigentes sindicais, antes mesmo de publicar comunicado interno, o retorno, obrigatório a partir de 4/10, das pessoas do grupo de risco de agências e que tem o ciclo vacinal completo. Sendo opcional a partir de 20/9. Caso alguém não tenha tomado as duas doses, o banco vai aguardar a data da segunda dose, mais 14 dias, período de imunização completa, para cobrar o retorno. As gestantes de

agência não retornarão ao trabalho presencial em todo o Brasil.

**COE É CONTRÁRIA AO RETORNO** – Depois da reunião com o banco, a COE do Itaú se reuniu internamente e definiu pela posição contrária ao retorno presencial neste momento, devido ao baixo índice de imunizados em todo o Brasil e a incerteza da vacinação em algumas localidades. A COE também cobra do banco um acompanhamento médico individualizado para os trabalhadores do grupo de risco que retornarem.

## FUNCIONÁRIOS DO ITAÚ RECEBEM PLR E PCR NO DIA 23/9

Os bancários do Itaú receberão, no dia 23/9, a antecipação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e o pagamento do Programa Complementar de Resultados (PCR). O valor pago será de R\$ 3,070,95. Esse valor será corrigido pelo índice da campanha salarial deste ano e o complemento será pago no ano que vem.

“Na atual conjuntura, o PCR é muito importante. Foi uma conquista dos funcionários do banco. Com o PCR, todos os anos buscamos melhorar a verba, em cima do lucro do banco, que cresce, graças ao esforço dos trabalhadores”, disse Jair Alves, coordenador da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú.

O PCR é uma conquista dos bancários do Itaú, em negociação iniciada em 2003, e mantida no acordo bianual específico para a verba. Outra informação é que a 13ª cesta será paga no dia 27 de outubro.



# Santander pagará PLR no dia 30/9

O Santander pagará a parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos funcionários no dia 30/9, último dia para o pagamento definido na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria. Na mesma data serão pagos os valores referentes ao Programa Próprio Específico (PPE).

Aos empregados dispensados sem justa causa, o pagamento será efetuado na proporção de 1/12 (um doze avos) do valor, por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 quinze dias, conforme prevê a CCT de PLR.

**PPE** – O Programa Próprio Específico (PPE) é pago apenas para áreas elegíveis e suas regras não são discutidas com os sindicatos. Obedece a critérios de produtividade e de notas de feedback que nem sempre seguem critérios claros e justos, sendo, na maior parte das vezes, submetidas à avaliação do gestor.

**ACORDO DE DOIS ANOS** – É importante destacar que a PLR não é um benefício dado pelo banco, mas sim um direito conquistado pela categoria e que é negociado a cada campanha. Foi o acordo de dois anos, celebrado no ano passado, que garante o pagamento desse direito. A PLR, o reajuste e tantos outros direitos não são benefícios, mas conquistas.

**REGRA CONQUISTADA** – A PLR total da categoria bancária (a ante-



cipação paga agora em setembro, mais a 2ª parcela, que será paga até o final de março de 2022) corresponde a 90% do salário-base acrescido das verbas fixas de natureza salarial, mais o valor fixo, neste ano, de R\$ 2.807,03. Se a soma do valor total da “Regra Básica” da PLR de todos os funcionários for inferior a 5% do lucro líquido do banco, o valor individual deverá ser majorado até alcançar 2,2 salários do empregado, limitado ao valor de R\$ 33.128,21, ou até que o valor total da “Regra Básica” da PLR atinja 5% do lucro líquido, o que ocorrer primeiro.

Além disso, tem uma parcela adicional, cujo valor é determinado pela divisão linear da importância equivalente a 2,2% do lucro líquido do banco pelo número total de empregados elegíveis, de acordo com as regras estabelecidas, até o limite individual de R\$ 5.614,06. Outra conquista sobre a PLR é a antecipação, a ser paga até, no máximo, 30/9, do valor correspondente a 54% do salário-base mais verbas fixas de natureza salarial, acrescido do valor fixo de R\$ 1.684,21, além da parcela adicional, com valor equivalente a 2,2% do lucro líquido apurado no 1º semestre de 2021, até o limite individual de R\$ 2.807,03.

## Banco Safra pagará PLR no dia 24/9

O banco Safra atendeu a reivindicação do movimento sindical e antecipará o pagamento da 1ª parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para o dia 24/9, juntamente com o pagamento do salário do mês.

Neste ano, todas as cláusulas econômicas da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria bancária (salários, VA e VR, as parcelas fixa, adicional e o teto da PLR, 13ª cesta, auxílio creche/babá, vale transporte, auxílio-funeral, requalificação profissional, entre outras) terão reajuste de 10,97%. O reajuste corresponde à reposição da inflação (INPC entre 1º de setembro de 2020 e 31 de agosto de 2021) mais aumento real de 0,5%.

É importante destacar que a PLR não é um benefício dado pelo banco, mas sim um direito conquistado pela categoria e que é negociado a cada campanha. Ao perceberem que a PLR, o reajuste e tantos outros direitos não são benefícios, mas conquistas, os trabalhadores entendem a necessidade se unir para lutar por aquilo que querem.

**REGRA CONQUISTADA** – A PLR total da categoria bancária (a antecipação paga agora em setembro, mais a segunda parcela, que será paga até o final de março de 2022) corresponde a 90% do salário-base acrescido das verbas fixas de natureza salarial, mais o valor fixo, neste ano, de R\$ 2.807,03. Além disso, tem uma parcela adicional, cujo valor é determinado pela divisão linear da importância equivalente a 2,2% do lucro líquido do banco pelo número total de empregados elegíveis, até o limite individual de R\$ 5.614,06. A antecipação corresponde a 54% do salário base mais verbas fixas de natureza salarial, acrescido do valor fixo de R\$ 1.684,21.



# Contraf-CUT solicita prorrogação do teletrabalho na Caixa

A Contraf-CUT encaminhou ofício à Caixa Econômica Federal solicitando a prorrogação da modalidade de teletrabalho nas unidades do banco em face da pandemia, até que se observem condições possíveis de retomada das atividades presenciais.

Em seu ofício, a Contraf-CUT justifica que a prorrogação é necessária em virtude do “elevado número de casos de contaminação e de adoecimento no país, levando a centenas de óbitos diários, o que nos obriga à manutenção das medidas preventivas ao contágio, com distanciamento pessoal, a redução da concentração de pessoas em ambientes fechados e pouco ventilados



e a constante orientação à higienização com uso dos insumos indicados pelas autoridades sanitárias”.

A Contraf-CUT observa ainda que “a modalidade de teletrabalho adotada pelas instituições financeiras, a partir de negociações coletivas entre as par-

tes, tem se mostrado de relevante efetividade e sua manutenção deve ser parte da política de mitigação do contágio do novo coronavírus e suas variantes conhecidas”.

**RETORNO SÓ COM NEGOCIAÇÃO** – O ofício solicita também o agendamento de reunião da mesa permanente de negociações, conforme prevê o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT Caixa),

para tratar do retorno, antes que o mesmo seja efetivado, levando em conta “o entendimento sobre as medidas preventivas ao contágio, ao adoecimento e a eventuais perdas de vidas de empregados, clientes e usuários dos serviços prestados pela Caixa”.

## Contraf-CUT pede explicações e cobra pagamento do valor correto da PLR da Caixa

A Contraf-CUT enviou dia 13/9 ofício à Caixa Econômica Federal questionando os cálculos dos valores referentes ao adiantamento da PLR pagos dia 10/9 aos empregados.

“Recebemos relatos de diversos empregados questionando os valores pagos pela empresa a título de antecipação do adiantamento da PLR 2021”, disse a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt.

Os questionamentos se referem às parcelas calculadas sobre o percentual do lucro líquido do banco. “Nosso ACT (Acordo Coletivo de Trabalho) específico da PLR 2020/2021 estabelece, em sua cláusula 11, parágrafo 7º, que o adiantamento, a ser pago até o dia 30 de setembro, seria de 50% do valor devido à título de parcela fixa e percentual de salário, e os percentuais de lucro calculados considerando o lucro

líquido obtido no 1º semestre de 2021. No entanto, o valor pago pelo banco reduziu pela metade os valores calculados sobre percentual do lucro, que são a PLR Adicional Fenaban e a PLR Social”, explicou a coordenadora da CEE/Caixa.

Conforme estabelecido no ACT da PLR da Caixa, o valor da parcela adicional a ser paga pelo banco deveria ser de: Parcela Regra Adicional = R\$ 10.843.513.000,00 (lucro líquido) x 2,2% / 83.294 (funcionários) = R\$ 2.864,04. PLR Social = R\$ 10.843.513.000,00 (lucro líquido) x 4% / 83.294 (funcionários) = R\$ 5.207,34. Os valores calculados pela Caixa, porém, correspondem à R\$ 1.451,01 e R\$ 2.638,20.

As entidades já haviam entrado com uma ação contra a Caixa cobrando o



pagamento do valor correto na parcela do ano passado, paga em março. Essas ações estão tramitando na Justiça. Estamos cobrando a Caixa para que ela não faça novamente o pagamento em valor diferente daquele que foi acordado, e que assim as entidades não precisem novamente ingressar com ação contra a empresa para exigir o cumprimento do que foi discutido em mesa de negociação.

# Conheça o portal **Associados Previ** e acompanhe seus representantes eleitos

Os associados à Previ (plano de previdência dos funcionários do Banco do Brasil) têm um importante canal de comunicação: [associadosprevi.com.br](http://associadosprevi.com.br). A página é administrada pelos diretores e conselheiros eleitos da Previ e tem o objetivo de oferecer mais informação e análise, ampliar a participação dos associados na gestão, aumentar a transparência e melhorar sempre o modelo compartilhado, visando a melhoria dos benefícios e a solidez da Previ.

Além de notícias, o associado tem acesso a artigos, informações sobre empréstimos, sobre os Plano 1 e Previ Futuro, história e governança da Previ. Há ainda espaço multimídia com vídeos e podcasts para criar um elo maior com o associado.

Eventualmente, a página realiza lives nas redes sociais sobre temas de interesse do associado. Na última quinta-feira, 16/9, por exemplo, os diretores e conselheiros eleitos da Previ debateram com os associados, através do Facebook e Youtube, a nova onda de turbulências no mercado em razão do agravamento da crise econômica, alimentada pela crise política, e seus impactos nos investimentos da Previ. Participaram da live os diretores eleitos Márcio de Souza (Administração), Paula Goto (Planejamento) e Wagner do Nascimento (Seguridade), além dos conselheiros deliberativos Sérgio Riede e Luciana Bagno.

Os representantes eleitos debateram, além dos riscos com o agravamento da crise, como a Previ está agindo para reduzir os impactos da

crise nos resultados. A diretoria da Previ tomou medidas para redirecionar investimentos em outros segmentos, como renda fixa, para aproveitar oportunidades de boa rentabilidade no longo prazo e melhorar os resultados.

Com a forte queda das ações na Bolsa, com a chegada impactante da pandemia de Covid-19, por exemplo, o Plano 1 chegou a um déficit de R\$ 23,6 bilhões em março do ano passado. Através de uma exemplar política de investimentos e uma sólida governança, a Previ reverteu os resultados mesmo na crise, levando o Plano 1 a um superávit R\$ 28 bilhões em maio (último balanço consolidado). Entretanto, com a nova turbulência, o superávit deve diminuir.

Sobre o plano Previ Futuro, os representantes eleitos debateram as mudanças dos perfis de investimentos,

The screenshot shows the website interface for 'Associados Previ'. At the top, there is a navigation bar with 'Categorias', 'Quem somos', and 'Contato'. The main content area features a large banner for a live event on 16/09 at 18h30, titled 'O agravamento da crise e os impactos na Previ'. The banner includes the Previ logo, the word 'LIVE dos eleitos da Previ', and five circular portraits of the participants: Márcio de Souza (Dir. Administração), Wagner Nascimento (Dir. Seguridade), Paula Goto (Dir. Planejamento), Sérgio Riede (Conselheiro Deliberativo), and Luciana Bagno (Conselheira Deliberativa). Below the banner, it says 'Transmissão: Facebook e YouTube Associados Previ'. To the right of the banner, there is a 'DESTAQUES' section with three featured articles, each with a small image and a date.

## Nova live dos eleitos na quinta 16 discute o agravamento da crise e os impactos na Previ

Para ter acesso a todo esse conteúdo, basta acessar: [associadosprevi.com.br](http://associadosprevi.com.br)

Siga também nas redes sociais:

Facebook: [Facebook.com/associadosprevi](https://www.facebook.com/associadosprevi)

Twitter: [@associadosprevi](https://twitter.com/associadosprevi)

Instagram: [@associadosprevi](https://www.instagram.com/associadosprevi)

Youtube: [Associados Previ](https://www.youtube.com/AssociadosPrevi)

para trazer maior segurança ao patrimônio dos associados do plano. Os associados debateram ainda as ameaças externas aos fundos de pensão, que visam retirar direitos dos associados e favorecer o mercado financeiro.



# Funcionários do Itaú querem respeito e condições de trabalho decentes

Na sexta-feira, dia 17/9, o Sindicato dos Bancários do Ceará visitou as agências do Itaú do corredor bancário da Av. Bezerra de Menezes, para denunciar à sociedade e cobrar do banco mais respeito aos trabalhadores e condições de trabalho decentes para todos.

Desde que o Itaú lançou o projeto “Itaú 2030” e o novo programa de remuneração Gera, a vida dos trabalhadores tornou-se um inferno. Além do programa Gera não possuir regras claras, como falta de transparência nos critérios para remuneração, um dos maiores problemas é o acúmulo de funções e sobrecarga de trabalho. Segundo relatos dos trabalhadores, as metas estão surreais, com acúmulo de funções, abusos e ainda recebendo menos. As demissões também não param, tanto nas agências, como nos departamentos. Outra questão grave envolve trabalhadores com algum tipo de problema de saúde, que, em muitos casos, ficaram doentes por causa da rotina massacrante no banco.

O Itaú exibe propagandas na TV que passam a imagem de que o banco é uma empresa boa para se trabalhar, mas, na vida real, os funcionários estão sendo massacrados e ficando doentes por causa das metas abusivas, assédio moral e constantes ameaças de demissão. “Queremos responsabilidade social e respeito com a saúde e a vida dos trabalhadores”, destaca Marcos Francelino, diretor do Sindicato e funcionário do Itaú.



## Funcionários fantasmas

Os endereços de quatro funcionários fantasmas do gabinete do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos) estão registrados no endereço de uma casa de Jair Bolsonaro na Barra da Tijuca. As localizações estão cadastradas na Receita Federal e na Câmara Municipal do Rio. O acesso aos dados foi possível a partir da quebra dos sigilos fiscal e bancário de Carlos Bolsonaro, autorizada pelo Tribunal de Justiça do RJ, a pedido do Ministério Público do Estado. Alguns dos funcionários moravam em outro estado e admitiram nunca terem pisado na Câmara dos Vereadores do Rio, apesar de constarem em folha de pagamento.

## Consciência Negra

A criação do feriado nacional em 20 de novembro, Dia de Zumbi e da Consciência Negra, está sendo discutida pelo Congresso. O projeto, de autoria do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) foi aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado. Em seguida, o projeto poderá seguir direto para a Câmara, se não houver recurso para votação pelo plenário do Senado. O dia homenageia o líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi, símbolo da resistência negra no Brasil, morto em uma emboscada pelas tropas coloniais, em 1695, após sucessivos ataques ao Quilombo de Palmares. É feriado em cerca de mil cidades em todo o país e nos estados de AL, AM, AP, MT e RJ.

## Distribuição de absorventes

O Senado aprovou dia 14/9 o projeto que prevê a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes dos ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade e presidiárias. O projeto relatado pela senadora Zenaide Maia (Pros/RN) foi aprovado sem mudanças e segue para a sanção presidencial. O PL 4968/19, da deputada Marília Arraes (PT/PE), cria o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual e o qualifica como estratégia para a promoção da saúde e da atenção à higiene.